

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Douglas Washington da Silva

**JORNADAS DE JUNHO DE 2013: CRISE ORGÂNICA NO BRASIL E A DISPUTA
IDEOLÓGICA DAS RUAS**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof. Marcos Alberto Patronis

Juiz de Fora
2018

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Douglas Washington da Silva, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201473114A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado JORNADAS DE JUNHO DE 2013: CRISE ORGÂNICA NO BRASIL E A DISPUTA IDEOLÓGICA DAS RUAS, desenvolvido durante o período de 06/08/2018 a 23/11/2018 sob a orientação de Marcos Alberto Patronis, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Douglas Washington da Silva

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

JORNADAS DE JUNHO DE 2013: CRISE ORGÂNICA NO BRASIL E A DISPUTA IDEOLÓGICA DAS RUAS

Douglas Washington da Silva¹

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar as manifestações responsáveis pela ocupação das ruas em *Junho de 2013* e traçar alguns elementos, os quais levaram o Brasil à maior mobilização popular desde os *caras pintadas*, em 1992. Partiremos da exposição dos primeiros contornos do que Gramsci denominava como *crise orgânica*, ou seja, quando a crise econômica e de hegemonia coincidem no tempo, expressando-se numa profunda crise econômica, política e social. Apresentamos Junho como parte das manifestações, tal as quais ocorridas em outras partes do globo, como reflexo da crise econômica de 2008. Relembramos também o papel do Partido dos Trabalhadores naquilo denominado por Trotsky como a estatização dos sindicatos, desarmando a classe trabalhadora de maneira a garantir o consenso frente a seus governos de conciliação de classes, o que muda em junho com o PT perdendo o monopólio das ruas. Partiremos da análise de que aquelas manifestações foram disputadas ideologicamente tanto pela esquerda quanto pela direita, o que, no fim, nos resta como questionamento quem melhor capitalizou o sentimento das ruas em 2013.

PALAVRAS-CHAVES: Crise Orgânica. Jornadas. PT. Gramsci. Trotsky

1. INTRODUÇÃO

Junho de 2013 não surgiu como um raio em céu sereno. Aquelas manifestações, as quais ficaram conhecidas como “Jornadas de Junho”, foram reflexo de uma série de fatores prenunciadores do terremoto que viria a sacudir o país, trazendo o Brasil para as manchetes internacionais com a maior mobilização popular desde os “caras pintadas”, em 1992.

Os protestos vieram acompanhados de uma onda de levantes internacionais que se enfrentavam com o neoliberalismo e a desigualdade. Essas mobilizações, em escala global, como na Espanha com o 15M, nos EUA com o Occupy Wall Street, no México com o Yo Soy 123, na Primavera Árabe e levante estudantil no Chile, cada uma carregando suas particularidades em seus países específicos, são resultado da crise do capitalismo aberta em 2008. No Brasil, com a crise dando seus primeiros sinais de não ser apenas uma “marolinha”², a juventude tomaria a frente de um movimento de massas, embora este parecesse ter sua causa no aumento das tarifas em diversas cidades, ainda que isto viesse a se mostrar ser parte, não seria o gás de todo o descontentamento que se arrastaria por todo o mês de junho em diante.

Antes de mais nada, é importante ressaltarmos como as jornadas de junho não começaram e nem terminaram naquele mesmo mês. Junho de 2013 foi precedido por uma série de fatores, lutas e transformações, os quais iremos expor ao decorrer deste trabalho. Sendo assim, podemos ler aqueles protestos como a colaboração de espontaneidade e organização (MENDONÇA, 2017).

Portanto, para entender a situação política brasileira nos últimos tempos, e as mobilizações daquele mês de junho, é importante levar em conta a profunda crise econômica de 2008, a qual teve seu epicentro nos países centrais, a retração econômica da China e, o que no Brasil carrega a marca do Partido dos Trabalhadores, a falência e desgastes dos governos progressistas na América Latina. (SEMERARO, 2016)

Buscando compreender melhor as mobilizações, dialogaremos com a obra do dirigente comunista italiano, Antonio Gramsci, suas elaborações sobre “crise” e suas formas. Mas especificamente aquilo chamado pelo sardo de “crise orgânica”.

Para ele, é por meio do aprofundamento da crise e o desenvolvimento desigual entre estrutura e superestrutura, ou seja, quando a superestrutura se desenvolve em não conformidade com a estrutura, onde estão dadas as condições para o desenvolvimento da *crise orgânica*.

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: douglascienciashumanas@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Marcos Alberto Patronis.

² Afirmção de Lula, presidente em 2012, sobre a crise dos EUA que, segundo ele, chegaria como uma “marolinha” no Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>> Acesso em: 20 nov. 2018.

Desta forma, são nestes cenários traçados acima, a semelhança da crise de 2008, em que encontram-se abertos os caminhos às tendências de desenvolvimento da crise orgânica em países da periferia capitalista, tal como o Brasil, mas também nos centros imperialistas. (ALBAMONTE; MAIELLO, 2017).

O aumento das tarifas era apenas a superfície de um descontentamento muito maior daqueles que saíam às ruas com seus cartazes e palavras de ordem. As jornadas de junho representaram o ponto de fusão das várias pautas materializadas em cartolinas nas mãos dos manifestantes.

A crise orgânica gestada pela crise de 2008, expressa de forma mais aguda através das mobilizações de junho de 2013, é caracterizada, assim como Gramsci observaria na Itália após o fim da Primeira Guerra Mundial, por vários fatores, no entanto o mais importante deles estaria no fato de serem representadas por um movimento de massas, as quais lançavam-se às ruas de forma ainda desorganizada, sem uma “precisa vontade coletiva”; uma composição social encabeçada, no caso do Brasil, pela juventude, aquela universitária e em situação de empregos mais precários, mas, sobretudo, como observada pelo sardo na Itália, por um setor da classe média, que exercendo uma função de comando e elevação do nível social nos últimos tempos, começa a sentir os efeitos da crise econômica; além, é claro, da incapacidade das forças antagônicas de aproveitarem a desordem em seu proveito (LA PORTA, 2017).

Esta crise vem acompanhada daquilo por ele caracterizada como *crise de autoridade*. Quando, em certo ponto de sua vida histórica, determinados grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, pois, aqueles que os representam e dirigem, não mais são reconhecidos por sua classe ou fração de classe. (FILIPPINI, 2017).

A crise de hegemonia se manifesta no momento em que a sociedade civil priva o Estado do apoio constituído pela direção, pela organização do consenso de massa e pela formação ideológica de funcionários e quadros dirigentes. Está assim aberta a estrada para a crise orgânica [...] (LA PORTA, 2017, p. 163).

Além do mais, as crises econômicas, como a de 2008, criam condições favoráveis para o surgimento de crises políticas, sendo que a primeira debilita “as bases materiais para a construção do consenso e a legitimação da ordem burguesa e seu Estado.” (CASAS, 2003, p. 4, *tradução nossa*). Desta forma, a semelhança do destacado por Casas (2003), tais crises também são marcadas pela ruptura de certos grupos sociais, os quais antes encontravam-se na passividade, e agora lançam-se ativamente no cenário político, causando desequilíbrio nos acordos de poder que os excluía.

Entretanto, encontrar a “solução orgânica” para tal crise também não é fácil, tendo em vista que, para se avançar numa solução favorável às classes subalternas, seria necessário a unificação dos mesmos sob a bandeira do partido no qual, em seu conjunto, seja aquele que melhor ofereça as condições de representante das necessidades de toda a classe trabalhadora (CASAS, 2003).

Gramsci ressalta, porém, que “em cada país o processo é diferente, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente” (GRAMSCI *apud* LA PORTA, 2017, p. 163). Será no caminho da crise de hegemonia, para o sardo, o espaço determinante na abertura para a crise orgânica.

Como assinala Gramsci, estas surgem quando “na estrutura revelaram (atingiram a maturidade) contradições incuráveis”. As mesmas não podem ser resolvidas pelas classes dominantes com seus métodos habituais de dominação política e se abre um período onde “os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais”, como sucede na atualidade com as classes exploradas em comparação aos tradicionais partidos conservadores e social-democratas que em ambos os casos têm adotado programas neoliberais. (ALBAMONTE; MAIELLO, 2017, p. 547, *tradução nossa*).

Com a crise de 2008 dando seus primeiros sinais no Brasil, os elementos iniciais de insatisfação popular se apresentavam aos olhos de quem pudesse e, de certo modo, quisesse ver. O período de ganhos de direitos sociais mais básicos, propiciados pela bonança da economia nos primeiros anos do governo Lula, estava com os dias contados. Muitos que esperavam por uma elevação social no país, se

depararam com uma realidade bem diferente: aumento das tarifas em várias capitais, gastos exorbitantes com a Copa, precarização do trabalho e dos serviços públicos como saúde e educação. Sendo assim,

[...] em relação à crise capitalista mundial de 2008 seguindo a interpretação de Gramsci é que estamos frente a uma crise orgânica, não só uma crise conjuntural, não só frente à crise de uma forma de capitalismo – à do modelo do capitalismo neoliberal – senão frente a uma crise geral do capitalismo (ROJAS, 2015).

Deste modo, o Brasil de junho de 2013 pode ser entendido como parte do momento em que se avizinhava – de forma mais profunda – os elementos desta crise, gestada em 2008, que se instalava devido a uma recessão econômica fermentada pela crise de hegemonia, como consequência do rompimento entre representantes (governo) e representados (manifestantes). Uma ruptura, como observa os professores Ruy Braga e Ricardo Antunes, a qual se deve muito às condições de trabalho de um determinado setor da sociedade – a juventude trabalhadora – que percebia os limites do modelo de governo que vigorava até então.

[...] perceberemos que a inquietação social promovida pela percepção dos limites do atual modelo tendeu a se concentrar entre os setores formados por jovens trabalhadores precarizados recebendo pouco mais do que 1,5 salários mínimos. E esse contingente cumpriu um papel chave na deflagração do levante popular de junho de 2013 no Brasil (BRAGA; ANTUNES, 2014, p. 44).

Assim, como caracterizado por alguns intelectuais, como André Singer (2013), junho de 2013 fora protagonizado não apenas pelo “preariado” – assim chamado por Ruy Braga a massa de trabalhadores jovens que tiveram sua carteira de trabalho assinada na era lulista (2003-2013), mas com alto nível de rotatividade, baixa remuneração e precarização do trabalho – mas também protagonizado por uma parcela da classe média tradicional.

2. UMA BREVE PASSAGEM PELOS GOVERNOS PETISTAS

O que havia sido uma esperança de mudanças nas políticas neoliberais dos governos anteriores ao primeiro mandato de Lula, se torna, muito pelo contrário, a manutenção dessas políticas no terreno macroeconômico administrado, agora, pelo próprio PT. O mesmo governo, tanto nos mandatos de Lula como de Dilma, não foi responsável pela criação de nenhum novo direito social – exceto os direitos trabalhistas das empregadas domésticas – ainda que tenham ampliado os gastos com certas políticas sociais, os governos petistas não atuaram da mesma forma nas áreas de saúde e educação, sendo responsáveis por um bom crescimento em termos absolutos, favorecidos pelo desempenho econômico da época, declinaram em termos relativos (BRAGA, 2013). Além do mais, o que se seguiu nos mandatos de Lula e Dilma, foi a

[...] condução da política econômica de cunho conservador, voltada para o ajuste fiscal para a geração de superávit primário, canalizado para pagar a dívida externa. Ao reafirmar a política econômica herdada do governo FHC, o governo encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores não reverteu, antes aprofundou, a orientação macroeconômica implementada durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. (GIUSTINA; LUIZ, 2017, p. 91)

Sendo assim, para consolidar sua hegemonia, e estabelecer o consenso, o PT foi o grande responsável por aquilo que Trotsky chamaria, no final dos anos 30, de “estatização” das organizações de trabalhadores. A cooptação de organizações ligadas ao movimento operário pelo Estado, como a Central Única dos Trabalhadores que, com o primeiro governo Lula, submeteram-se ao aparelhamento de seus sindicatos a agenda de um governo de conciliação de classes e, graças ao processo denominado acima, com forte poder de contenção das massas por parte da burocracia sindical. Mesmo, da maneira destacada por Giustina e Luiz (2017), com a aplicação de duros ajustes fiscais pelos governos petistas, o

aparelhamento de sindicatos e movimentos sociais serviam como forma de garantir o consenso e o “monopólio das ruas” (ROJAS, 2015).

Trotsky (1940) apontava, no entanto, como o processo de estatização dos sindicatos era comum aos sindicatos neutros e até aos comunistas.

Há uma característica comum no desenvolvimento ou, para sermos mais exatos, na degeneração das modernas organizações sindicais de todo o mundo: sua aproximação e sua vinculação cada vez mais estreitas com o poder estatal. Esse processo é igualmente característico dos sindicatos neutros, social-democratas, comunistas e anarquistas. Somente este fato demonstra que a tendência a “estretar vínculos” não é própria desta ou daquela doutrina, mas provém de condições sociais comuns a todos os sindicatos (TROTSKY, 1940).

Como salientado por Braga e Antunes, em confluência com o que Trotsky apontava sobre as estatizações das centrais sindicais dirigidas por uma camada de burocratas, a hegemonia petista também se consolidou por um lado incorporando,

por meio de milhares de cargos administrativos de assessoramento e do controle sindical dos fundos de pensão, muitos movimentos sociais e populares ao governo, conduzindo o movimento sindical a uma verdadeira “fusão” com o aparelho de Estado (BRAGA; ANTUNES, 2014, p. 43).

Este processo, denominado como estatização dos sindicatos, não se trata de uma novidade no caminho do PT ao poder. Desde as análises de Trotsky até os dias de hoje, de maneira a organizar o consenso, os partidos de base “operária-burguês” têm sido de suma importância à burguesia na construção do consenso a partir do aparelhamento dos sindicatos ao Estado (ALBAMONTE; MAIELLO, 2017).

Além do mais, a importância do processo mencionado acima, na qualidade de mecanismo de contenção das massas que, por ventura, viessem a sentir-se insatisfeitas com o modelo de governo petista, se refere ao fato de como o PT representou certa continuidade do modelo macroeconômico de FHC, porém não agiu da mesma forma no terreno social. O partido foi o grande responsável, se aproveitando do “boom” na economia brasileira, sobretudo no primeiro governo Lula, por sustentar um modelo de redistribuição de renda e ampliação do consumo (GIUSTINA; LUIZ, 2017). Entretanto, deixando intacta toda a estrutura desigual do capitalismo brasileiro, sem tocar nos alicerces da desigualdade social no país. Para isso, vale recordar, que os governos petistas foram os que mais alimentaram os banqueiros através do pagamento da dívida pública, sendo só nos governos Lula-Dilma 13 trilhões do orçamento federal destinado ao pagamento fiel da dívida.³

Se observarmos, principalmente, o primeiro mandato do governo Lula, podemos destacar aspectos relacionados ao maior número de programas sociais, bem como o Bolsa Família, sem deixar de lado o altíssimo lucro dos bancos; elevação do salário mínimo em comparação ao período de FHC; nenhum avanço em direção a reforma agrária, mas todo incentivo ao agronegócio. (BRAGA; ANTUNES, 2014)

Foi neste caminho, entre um governo de conciliação de classes, que, conforme havia observado Lula, fez os bancos ganharem muito mais nos seus governos do que já haviam ganhado,⁴ o mensalão - caso de corrupção que ficou conhecido em 2005 – e toda relação de precarização alimentada nos períodos seguintes, como o maior número de acidentes nos locais de trabalho, gastos exorbitantes com a Copa do Mundo de 2014, aumento da terceirização e declínio dos atendimentos essenciais à população, os quais sustentaram toda a indignação, mesmo que ainda muito inicial, dos trabalhadores e,

³ Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/O-PT-foi-quem-mais-pagou-o-saque-da-divida-publica-na-historia-do-Brasil>>
Acesso em: 20 nov. 2018.

⁴ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/bancos-lucraram-8-vezes-mais-no-governo-de-lula-do-que-no-de-fhc/>>
Acesso em: 20 nov. 2018.

especialmente, da juventude que ingressara no mercado de trabalho no período lulista (BRAGA; ANTUNES, 2014).

3. DISPUTA IDEOLÓGICA DOS QUE IAM ÀS RUAS NO MARCO DA CRISE ORGÂNICA

Os protestos que tomaram as ruas em junho de 2013, atingindo seu auge após forte repressão policial, chegando aos milhares de manifestantes em várias capitais, deixaram muitos especialistas surpresos com o que, na verdade, já dava seus sinais muito antes de sua eclosão em várias cidades brasileiras (GOHN, 2014). A juventude, que saía às ruas, vinha de anos de precarização do trabalho, subcontratações, terceirizações e, conjuntamente pelos gastos sociais propiciados por meio dos governos petistas, os investimentos em saúde e educação não correspondentes às necessidades da população. (BRAGA; ANTUNES, 2014).

Além do mais, as mobilizações de junho não surgiram como que “do nada” dentro do território brasileiro, além de estarem em confluência com vários movimentos ao redor do mundo, as jornadas vieram acompanhadas de fortes greves operárias as quais antecederam o descontentamento social que fermentava no país. Vale ressaltar como,

a partir de meados dos anos 2000, registramos o aumento da atividade grevista na indústria paulistana de *call center*. Após 2010, o ritmo da mobilização acelerou ao ponto dos teleoperadores se destacarem nas greves nacionais bancárias. Os aumentos reais do salário-mínimo e a oferta de crédito consignado já não eram mais suficientes para conter a insatisfação social. Tornaram-se parte de uma avassaladora onda reivindicativa em escala nacional. (BRAGA, 2013, p. 81)

Somente em março de 2011 foram, de acordo com o Dieese, aproximadamente 170 mil trabalhadores que cruzaram os braços em greves e paralisações. Foram movimentos operários que iam desde a construção civil, principalmente nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), até milhares de greve em hidrelétricas, bancários e correios. Sem mencionar as greves nos estádios preparados para a Copa do Mundo de 2014 (BRAGA; ANTUNES, 2014).

Já no ano de 2012, o número de horas paradas, de acordo com dados do Dieese foi 75% superior ao ano de 2011, sendo inferior apenas aos anos de 1989 e 1990. Uma marca histórica de movimentos grevistas que não se via nos últimos anos, sendo explicado, em partes, pela “combinação do crescimento econômico com um mercado de trabalho ainda aquecido [...]” (BRAGA, 2013, p.81).

O descontentamento que explodia em várias capitais, antes da copa das confederações, representava mais do que uma simples expressão espontânea, a qual rapidamente poderia se dissipar, mas sim parte de “toda uma série de questões que vinham se acumulando de forma molecular” (GRAMSCI, 1975, p. 1824, *tradução nossa*). A crise econômica aberta em 2008 colocava na ordem do dia diferentes possibilidades. Sendo as crises expressões das colisões entre as classes sociais existentes numa sociedade capitalista, seriam esses choques, avanços e retrocessos das mesmas classes, os quais iriam propiciar a superação de tal crise em um sentido revolucionário ou reacionário (CASAS, 2003).

Com o distanciamento do PT de parte das pautas responsáveis por carregar o consenso de parte significativa da população (SEMERARO, 2016), sendo uma forte base social para os governos petistas, fica evidente o que as questões acumuladas de forma molecular, como dizia Gramsci, iriam expressar nas mobilizações que atropelaram o caminho, escolhido por anos pelo PT, em desarmar a classe trabalhadora, sacrificando sua independência pela governabilidade no balcão de negócios da burguesia (IASI, 2013). Neste sentido, levando em conta o processo de estatização dos sindicatos que transformavam a burocracia sindical na “polícia política” da burguesia, sendo parcialmente atropelada por aqueles que saíam às ruas em junho, vale destacar a

[...] subestimação do impacto das jornadas de junho de 2013 e sua pauta progressiva que não foi resolvida. O PT em junho de 2013 perdeu o monopólio das ruas, mas também o conjunto do regime político ficou abalado e se demonstrou que para obter alguma coisa é preciso se organizar e lutar nas ruas. (ROJAS, 2015)

Deste modo, junho de 2013 veio por baixo, minando as bases do consenso lulista e abrindo as portas para a crise do segundo governo Dilma, assunto que não iremos nos deter por questões de tempo no presente trabalho. Mas, vale ressaltar, pois, junho sinalizou a importância de, como dizia Gramsci, não ignorar as manifestações tidas como “espontâneas”, pois

Negligenciar e até mesmo desprezar os movimentos considerados ‘espontâneos’, ou seja, renunciar a dar-lhes uma direção consciente, a elevá-los a um plano superior, inserindo-os na política, muitas vezes pode trazer consequências muito sérias e graves. Quase sempre, acontece que a um movimento ‘espontâneo’ das classes subalternas se segue um movimento reacionário da direita da classe dominante, por motivos concomitantes: uma crise econômica, por exemplo, determina descontentamento nas classes subalternas e movimentos espontâneos de massa e, por outro lado, determina complôs dos grupos reacionários que se aproveitam do enfraquecimento objetivo do governo para tentar golpes de Estado (GRAMSCI, 1975, p. 331, *tradução nossa*).

A cada manifestação tal e qual se seguia ficava mais claro o descontentamento dos manifestantes com as instituições como um todo, estava colocado naqueles dias a crise de representatividade daquelas instituições (GIUSTINA; LUIZ, 2017). Com os protestos que se estendiam em escala global – principalmente após a crise de 2008 – apesar de suas particularidades, apresentavam, no geral, diversos pontos em comum.

Alguns dos aspectos agentes em tocar os protestos pelo mundo fora a profunda crise de representatividade das instituições, a qual se traduzia na maior ocupação das ruas e busca por práticas mais horizontais (BRAGA; ANTUNES, 2014). Mesmo ganhando uma dimensão gigantesca via “redes sociais”, como forma de convocar os protestos e buscando novas ferramentas de organização política, junho só consegue se fazer presente, de fato, quando da internet passam às ruas.

A busca por estas práticas mais horizontais sobre como “fazer política” não era, como muitos faziam crer, uma rejeição a tudo e, principalmente, ao Estado. Aqueles manifestantes não estavam pedindo “menos Estado”, na verdade, exigiam, como bem observou Gohn (2014), o remanejamento das prioridades do Estado brasileiro. Exigiam mais dinheiro para saúde, educação, transporte e moradia de qualidade. Segundo diziam alguns dos cartazes pelas cidades, questionando os altos gastos com os megaeventos, eles queriam “saúde e educação padrão Fifa”, questionando os gastos do governo com o megaevento e suas obras.

Aqueles que levantavam suas cartolinas e suas vozes pediam, no auge dos gastos exorbitantes com a Copa do Mundo de 2014, “um Estado menos dependente dos bancos, de multinacionais, de empresários, etc.” (GOHN, 2014, p. 439). Consoante, quando caminhava nas ruas durante o auge daquelas manifestações, se ouvia todas as vozes juntas num grande questionamento sobre “a piada de salão, que tem dinheiro pra banqueiro, mas não tem pra educação”. Um questionamento no qual, mais uma vez, mesmo ainda sem se fazer presente nos discursos daqueles que ocupavam as ruas, se ligava ao pagamento da dívida pública pelo governo da época e todos seus antecessores. Afinal, o ano de 2013 foi marcado pelo crescimento inédito da dívida em 5,7%, atingindo a marca de R\$2,12 trilhões⁵. Este crescimento da dívida, e seu pagamento fiel aos bancos, criam condições a fim de que se gaste mais com o mecanismo de saque nacional do que com saúde, educação e moradia, por exemplo.

4. O CAMINHO ABERTO À DIREITA E À ESQUERDA

Será no marco da crise orgânica onde, sendo uma crise que afeta todo o conjunto das relações sociais (CASAS, 2003), entra em cena a disputa ideológica daquelas manifestações de junho de 2013. Os protestos, autores da rápida tomada as ruas do Brasil, reforçavam os aspectos de uma crise

⁵ Dívida pública subiu 5,7% em 2013 e atingiu marca inédita, até então, de R\$ 2,12 trilhões. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/01/divida-publica-sobe-57-em-2013-e-atinge-marca-inedita-de-r-212-tri.html>> Acesso em: 20 nov. 2018.

orgânica, esta carrega como característica fundamental uma situação aberta à esquerda e à direita, na qual, tanto uma quanto a outra, podem, no final, capitalizar o movimento oferecendo uma “resposta” aos anseios dos que saíam às ruas. Desta forma, diferentes setores representantes das classes sociais na sociedade – como a mídia – se lançaram na disputa ideológica daqueles atos. Afinal, não existindo vácuo na hegemonia (CASAS, 2003), a burguesia lança mão de todos seus aparatos, como a mídia em junho, para uma “cartada final”.

Ao passo que as mobilizações se enfrentavam com a polícia, braço armado do Estado, e se colidia com a incapacidade do governo petista, e da própria classe dominante, – resgatando Gramsci – em resolver os conflitos, se abria caminho para novas saídas a partir da profunda modificação da correlação de forças entre as classes no seio da crise de hegemonia. Esta (nova) correlação de forças que, como bem destaca Casas (2003) pode oferecer, de imediato ou num futuro próximo, saídas que envolvem interferência do próprio imperialismo, com intervenções e governos depostos.

Sendo assim, quando as manifestações foram se tornando mais expressivas, se enfrentando com a polícia – e ganhando mais apoio popular – a mídia saía das sombras feito uma locutora imparcial que assistia e comentava os fatos em tom de apoio e conselheira, tentado, assim, ditar novas pautas ao movimento (LIMA, 2013).

Vale ressaltar que a postura da mídia mudava de acordo com o momento no qual os protestos iam ganhando maior força e fôlego.

Para Singer (2013) aquelas manifestações podem ser divididas em três etapas. A primeira etapa marcada pela convocatória do Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento das tarifas na cidade de São Paulo; a segunda etapa marcada pela repressão policial, motivadora para desencadear uma onda de protestos maiores em todo canto do país, agregando mais pautas e reivindicações ao movimento, como contra os gastos exorbitantes com a Copa do Mundo, e, por último, a terceira etapa que ele compreende enquanto sendo o momento de mobilizações mais parciais.

Os meios de comunicação que, na primeira etapa, vociferavam por “ordem”, ou seja, violência policial contra os manifestantes, acabaram mudando o discurso a partir da acentuação da repressão policial, implorada pela própria grande mídia, na segunda fase das jornadas.

Marcado como um fato curioso sobre a relação da mídia com aquelas manifestações, vale recordar a reação do apresentador do *Brasil Urgente*, José Luiz Datena, que, em seu programa, levantou uma enquete sobre se a população era a favor das manifestações com “baderna”, e perdeu para a opinião pública que demonstrou apoio às manifestações. Vencido pelos telespectadores, Datena tenta, ainda, reformular a pergunta e segue perdendo para a opinião pública.⁶

O caso do apresentador da Band ilustra perfeitamente o que seguiria sendo a disputa ideológica daqueles atos em 2013. Os meios de comunicação tradicionais que assistia os protestos aclamando por violência policial contra os manifestantes, começava a entender como o espaço da rua ainda era um espaço em disputa, inclusiva para eles.

A mídia, como uma das alas representante das ideias da classe dominante, a qual se colocava inicialmente na ofensiva contra as manifestações, se lançava aos poucos no objetivo de trabalhar pela cooptação e na instigação de pautas para o movimento (LIMA, 2013).

Por isso, sem deixar de lado o potencial progressista explosivo daquelas manifestações, é importante também refletir como aqueles atos, nascidos no marco do aprofundamento da crise econômica e encontrando o “teto” das aspirações de melhores condições de vida do período lulista sob o capitalismo, terminaram na falta de uma resposta efetiva e radical por parte da esquerda brasileira.

Assim como apontado por Albamonte e Maiello (2017), recordando Gramsci, as crises orgânicas se expressam na separação dos grupos sociais de seus partidos tradicionais, o que se expressou frontalmente no Brasil quando os partidos tradicionais da burguesia e os próprios socialdemocratas aplicaram a cartilha do neoliberalismo. Daí a sua realização expressa nas ruas com a perda do monopólio pelo próprio PT (ROJAS, 2016).

O caminho traçado pelo PT, no marco de um governo de coalizão, se mostrou como peça fundamental para, ao contrário de, tanto quanto observa Iasi (2013), constituir um volume de forças para

⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>> Acesso em 20 nov. 2018.

a preparação de novos avanços futuros, se colocou no caminho oposto, aplicando em muitos aspectos o papel de atacar sua própria base social e assentando o terreno para uma crise futura.

Entretanto, o que não deixa de ser verdade é a disputa daquele movimento. De partidos de esquerda e movimentos sociais até a atuação da mídia, estava dado o tom de disputa ideológica daqueles que ocupavam as ruas.

Com o aumento significativo do número de manifestantes nas ruas, sobretudo após a repressão policial aos atos de São Paulo e Rio de Janeiro, no dia 17 de junho fica nítido a intenção de alguns núcleos de direita, com o auxílio midiático, em ditar novas pautas ao movimento, como a redução da maioria penal e a tentativa de reduzir o movimento a um “enorme ato contra a corrupção” (BRAGA; ANTUNES, 2014) como forma de tentar levar a mobilização de volta aos “limites da ordem” (IASI, 2013).

Contudo, o que parece plausível para muitos estudiosos das jornadas de junho, é que não se pode fechar aquelas manifestações nelas mesmas sem levar em conta aspectos anteriores do cenário político nem o que as sucederia. Para Mendonça (2017), as mobilizações de 2013 abriram nova oportunidade de protestos para atores políticos distintos. Neste aspecto, mesmo sem nos aprofundarmos aqui, vale ressaltar a importância de junho para a compreensão do cenário político brasileiro entre 2014-2016. Afinal, junho retomou de forma mais forte a expressão do protesto de rua como mecanismo de pressão política, podendo, é claro, ser assimilado ideologicamente tanto à esquerda quanto à direita.

O sentimento de questionamento das instituições, no qual se fortalecia a busca por novas formas horizontais de fazer política, também trazia formas não tão novas de participação direta e pressão nas decisões tomadas pela “casta” de políticos no país. As manifestações de rua, com um peso superior a qualquer mobilização dos últimos tempos, foram a expressão de que, tendo o “gigante” acordado ou não, o país não seria mais o mesmo.

Por isso, para uma boa compreensão de junho de 2013, é importante “entrarmos” naqueles protestos compreendendo-os como um movimento que não deixava de ser disputado a todo momento tanto à direita quanto à esquerda.

5. ENSAIANDO UMA CONCLUSÃO

Neste breve trabalho, tentamos traçar uma análise das manifestações que se tornaram conhecidas como as Jornadas de Junho. Trazendo Gramsci, apontamos a relação daqueles atos e a crise de 2008, com aquilo que o sardo chamaria de crise orgânica.

Junho de 2013 ainda será motivo de muita pesquisa e reflexões por parte daqueles que buscam compreender os processos políticos e, sobretudo, para que possamos pensar em qual direção estamos caminhando nos últimos tempos.

Sendo assim, vale ressaltar que as manifestações brasileiras daquele ano não podem ser compreendidas simplesmente pelo olhar inquisidor daqueles desejosos em transformá-las em mobilizações abertamente de direita do seu início ao fim. Muito pelo contrário, o que viemos tentando mostrar é como aquelas manifestações estavam em constante disputa, sendo elas fruto da crise capitalista até aquele determinado momento, os rumos daquele movimento, espontâneo em sua forma (sendo a internet seu principal mecanismo de aglutinação de pessoas), estava sempre em disputa pelas forças políticas da sociedade.

Da mesma maneira, mais uma vez, observado por Braga e Antunes (2014), o que se manteve, sobretudo se pegarmos o que Singer (2013) chama de segunda etapa das mobilizações, foi um “movimento em disputa”, onde, de um lado, se mantinha os movimentos sociais e partidos de esquerda, críticos ao governo, e, do outro, pequenos grupos de direita que buscavam influenciar ao máximo o direcionamento dos protestos com seu antiesquerdismo e antipartidarismo.

Entretanto, mesmo com todo o suporte da mídia, junto aos pequenos grupos de direita, para transformar as jornadas exclusivamente em atos contra a corrupção, redução da maioria penal e outras pautas conservadoras, a organização da esquerda, ainda que com ressalvas, não deixou de ser importante para o avanço das manifestações (BRAGA; ANTUNES, 2013).

Contudo, vale ressaltar o caráter polissêmico e multiforme daqueles protestos. Uma marca esta possível de ser elucidada pela constante transformação do perfil dos atos que

[...] começaram com estudantes e estudantes/trabalhadores que utilizam o transporte coletivo e que por meio do MPL há anos vêm se organizando manifestações em várias cidades [...], além de jovens militantes vinculados aos partidos de esquerda [...]. Pouco a pouco elas foram se ampliando e, depois da brutal repressão policial na passeata do dia 13 de junho na cidade de São Paulo, os protestos ampliaram seu escopo, chegando às periferias, onde uma massa plebeia de jovens iniciou um processo de mobilização [...] (BRAGA; ANTUNES, 2014, p. 47).

Retomando Casas (2003), embasado em Gramsci, as crises econômicas, tal qual a de 2008, pode abrir caminho para uma crise de estado, gerando, quando se coincidem no tempo, o que apresentamos até aqui como crise orgânica.

As crises, desta forma, são frutos dos choques entre as classes sociais constituintes da sociedade. Sendo assim, serão os choques entre as determinadas classes, com avanços e retrocessos colocados em jogo para ambos os lados, que irão possibilitar a superação de tais crises. Para Casas (2003), a teoria de Marx, com todo o aporte de Gramsci e Lenin, deve se converter em apostas de luta, transformando todo arcabouço teórico marxista em estratégia à serviço das classes subalternas e uma solução às crises que seja favorável para as mesmas.

A relevância do que aponta Casas (2003), em um cenário de crise e choque entre as classes, é de suma importância à aposta na luta de classes. A seriedade, como já salientamos neste trabalho, em não subestimar as manifestações tidas como espontâneas, deixando de disputá-las quando estas apresentam um forte conteúdo de contestação do regime e seus mecanismos de poder.

Afinal, o que sucede-se, quase sempre, após uma manifestação “espontânea” das classes subalternas, seria a ocorrência de outra reacionária da direita da classe dominante (GRAMSCI, 1975). O que no caso da periferia do capitalismo, como o Brasil, a repercussão das crises pode provocar o deslocamento “dos agentes mais ou menos diretos do imperialismo” (CASAS, 2003, p. 6).

Casas (2003) continua destacando como as crises podem ser processos de longa duração, onde se buscam, por diversos meios, sua superação. Neste processo, “os partidos ou movimentos políticos se alinham e realinham, se formam blocos e se dissolvem blocos, líderes são promovidos e depostos” (CASAS, 2003, p. 7).

Se pegarmos, brevemente, os fenômenos políticos mais recentes em nível internacional, podemos observar que em meio às crises, sobretudo num cenário de crise orgânica, não são poucos os fenômenos à esquerda e à direita. Como, por exemplo, Donald Trump nos EUA, a Frente Nacional na França, o golpe de 2016 – com interferência direta e indireta de agentes imperialistas para auxiliar que uma presidenta democraticamente eleito fosse deposta – no Brasil, etc. Estes como parte dos fenômenos à direita, mas também outros de formações “neoreformistas” como Syriza na Grécia, Podemos no Estado Espanhol, Bernie Sanders no Partido Democrata dos EUA e Jeremy Corbyn no trabalhismo britânico, são expressões à esquerda em meio ao cenário atual de crise (ALBAMONTE; MAIELLO, 2017).

Portanto, para buscar uma boa compreensão dos fenômenos políticos dos últimos tempos, aqueles que sacudiram o país pós-junho de 2013, é importante voltarmos aos anos anteriores, como fizemos com a crise de 2008, e as consequências da crise econômica para um Brasil o qual começava a assistir o esgotamento do ciclo petista de pequenas concessões sociais durante um bom momento da economia brasileira.

Neste trabalho passamos longe de esgotar as análises sobre junho, principalmente se levarmos em conta seus desdobramentos diretos ou indiretos. Mas buscamos, com a ajuda de um grupo respeitável de intelectuais e suas análises, traçar alguns elementos que levaram milhões de brasileiras às ruas de várias cidades. Um movimento que, como tentamos apresentar, se encontrava em disputa a todo o momento, se desenvolvendo em etapas, tal qual aquelas traçadas por Singer (2013), mas também com um conteúdo progressista que, mesmo em disputa com os setores mais de direita durante o desenvolvimento das jornadas, não deixou de estar presente ao lado de movimentos sociais, partidos de esquerda e as camadas populares (BRAGA; ANTUNES, 2014). A pergunta por nós feita para os dias de

hoje é, até o momento, quem melhor conseguiu capitalizar os anseios e questionamentos levantados em junho de 2013.

Ao fim e ao cabo, parafraseando Gramsci, podemos dizer que enquanto o velho mundo agoniza, o novo mundo demora a nascer, e é nesse claro-escuro que surgem os monstros. Junho de 2013, como já destacado por Mendonça (2017) abriu caminho para protestos de atores políticos distintos (inclusive para os monstros), o que nos leva a pensar quem melhor capitalizou o sentimento das ruas. Uma primeira leitura, até o presente momento, nos indica uma cooptação pela direita daqueles protestos. Porém, por aqui nos coube apenas uma reflexão sobre como Junho não nasceu do “útero” da direita ou do “ovo da serpente”, mas, pode sim, ter sido capitalizado por ela.

6. REFERÊNCIAS

ALBAMONTE, Emilio; MAIELLO, Matías. **Estrategia socialista e arte militar**. 1. Ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones IPS, 2017, p. 532-569.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013. **R. Pol. Públ**, São Luís, número especial, p. 41-47.

BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. In: **Cidades Rebeldes**. 1. Ed. São Paulo, 2013. p. 79-82.

CASAS, Aldo Andrés. Crisis y lucha política em Gramsci. Uma lectura desde el sur.

FILIPPINI, Michele. Crise de Autoridade. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.) **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 161-162.

GIUSTINA, Emilie Faedo Della; LUIZ, Danuta Estrufika Cantóia. Relações sociopolíticas brasileiras: análise gramsciana de elementos contextuais nacionais. **R. Katál**, Florianópolis, v. 20, n 1, p. 86-94, jan/abr. 2017.

GOHN, Maria da Glória. A sociaedade brasileira em movimento: vozes e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, maio/ago. 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. 2. ed. Torino: Einaudi, 1975. p. 331; 1824.

IASI, Mauro Luis. A rebelião, a cidade e a consciência. In: **Cidades Rebeldes**. 1. Ed. São Paulo, 2013. p. 41-46.

LA PORTA, Lelio. Crise Orgânica. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.) **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 162-164.

LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: **Cidades Rebeldes**. 1. Ed. São Paulo, 2013. p. 89-94.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas jornadas de junho. **Revista brasileira de ciências sociais**, Minas Gerais, v. 33, n. 98, p. 2-18.

ROJAS, Gonzalo Adrian. Brasil no fim de ciclo dos governos “pós-neoliberais” latino-americanos. **Esquerda Diário**. Maio. 2015. Disponível em: http://www.esquerdadiario.com.br/Brasil-no-fim-de-ciclo-dos-governos-pos-neoliberais-latino-americanos?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter> Acesso em: 5 nov. 2018.

SEMERARO, Giovanni. Crise orgânica” e luta de classes em Gramsci. **Práxis e Hegemonia Popular**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-12, dez. 2016. Disponível em: <http://igsbrasil.org/praxis/ed01/artigos/semeraro_criseorganica.php?id=semeraro> Acesso em: 5 nov. 2018.

SEMERARO, Giovanni. Relendo algumas notas de Gramsci: contribuições para pensar a crise política no Brasil. Disponível em: <<http://igsbrasil.org/biblioteca/artigos/material/1447184189-Relendo%20algumas%20notas%20de%20Gramsci.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2018.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 23-40, nov. 2013.

TROTSKY, Leon. Os Sindicatos na Época da Decadência Imperialista. **Marxists**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portuques/trotsky/1940/mes/sindicato.htm>> Acesso em: 5 nov. 2018.